

Relatório (etapa livre)

CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL DA REDE DE ACERVOS, MEMÓRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E MEMÓRIAS POPULARES: DEMOCRACIA E GARANTIA DE DIREITOS

Dia 18 de abril de 2026, na modalidade online.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa	
Nome: Thamires Ribeiro de Oliveira	
Telefones (informe dois telefones): [REDACTED]	
E-mail (informe dois e-mails): [REDACTED] / rede.amms@gmail.com	
UF: RJ	Município sede: Rio de Janeiro

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Organização/ Representação
Adriano Jose de Sousa	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/CPDOC Guainás
Alice Oliveira	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Acervo Alice Oliveira
Gabrielle Abreu	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Instituto Marielle Franco
Ionara Lourenço	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Casa Sueli Carneiro
Jean Marcel Caum Camoleze	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Pró-Memórias
José Carlos Ferreira	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Zumvi
Magda Mota	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/CPDOC Pirambu
Paula Capriglione	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Armazém Memória
Paula Ribeiro Salles	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Casa do Povo
Thamires Ribeiro de Oliveira	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais/Museu da Maré

Relatório (etapa livre)

CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL DA REDE DE ACERVOS, MEMÓRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS: ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E MEMÓRIAS POPULARES: DEMOCRACIA E GARANTIA DE DIREITOS

APRESENTAÇÃO

A Conferência Livre Nacional Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos foi realizada no dia 18 de abril de 2026, das 9h30 às 13h, em formato online, por meio da plataforma Google Meet. A atividade foi organizada por representantes da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, responsáveis pela condução das ações preparatórias e pela sistematização das contribuições destinadas à 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq).

A conferência reuniu, em média, 40 participantes simultâneos, alcançando picos de até 55 pessoas conectadas, envolvendo representantes de arquivos comunitários, movimentos sociais, coletivos, estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e profissionais da Arquivologia.

Registrou-se a participação de representantes de diferentes iniciativas como Acervo Alice Oliveira, Casa Sueli Carneiro, Arquivo Municipal de Soledade, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), Centro de Memória da Coopcaro, Casa do Povo, Cultne, Rede de Memória e Arquivos de Terreiro do Distrito Federal e entorno, Grêmio de Resistência Cultural Kolombolo diá Piratininga (CeDoK), Memorável Samba e Arquivo Dona Orozina Vieira/Museu da Maré, evidenciando o caráter nacional e plural da atividade. Os debates foram organizados a partir dos eixos temáticos 1, 5 e 6 propostos pela conferência nacional, sendo conduzidos de forma crítica e articulada aos desafios e potencialidades vivenciados por tais iniciativas, ressaltando o protagonismo dos arquivos comunitários na construção de políticas públicas para a área de arquivos.

Os debates desenvolvidos ao longo da conferência foram conduzidos a partir de uma perspectiva que articulou, de forma crítica e propositiva, as distintas realidades vivenciadas no cotidiano dos representantes das iniciativas comunitárias, populares e de movimento social. Nesse sentido, as discussões buscaram não apenas refletir as especificidades de tais iniciativas, mas

também dialogar de maneira consistente com as pautas mais amplas da comunidade arquivística brasileira, assegurando que as propostas formuladas estejam em consonância com os princípios, diretrizes e necessidades que orientam a construção e o fortalecimento da Política Nacional de Arquivos.

A Conferência Livre Nacional Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais foi estruturada em conformidade com o [Regimento Interno](#) da entidade e orientações do [Manual do\(a\) Participante](#), garantindo um processo participativo, democrático e alinhado às diretrizes da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq).

A metodologia adotada organizou-se a partir de uma dinâmica sequencial, iniciada com a abertura oficial da conferência, seguida da apresentação das orientações gerais de participação, incluindo regras de fala e critérios de votação. Em consonância com o caráter participativo e deliberativo, foi assegurado o direito à voz a todos os inscritos na etapa livre.

Os debates foram estruturados com base nos eixos temáticos 1, 5 e 6 definidos pela 2ª CNArq, os quais orientaram a construção coletiva de propostas voltadas ao fortalecimento da Política Nacional de Arquivos. Cada eixo teve um mediador e contou com tempo delimitado de até 45 minutos e os 20 minutos finais foram destinados ao processo de eleição de delegado e suplentes.

Durante a realização da etapa livre a participação ocorreu de forma interativa, por meio do chat da plataforma, permitindo o envio de comentários, proposições e solicitações de fala. A mediação organizou as intervenções, garantindo a diversidade de vozes e a condução qualificada do debate.

As propostas puderam ser submetidas previamente, no ato da inscrição, ou apresentadas durante os debates, devendo observar critérios de objetividade, clareza e relação direta com o eixo temático, além de indicar ações concretas, formuladas com verbos no infinitivo.

Na discussão de cada eixo, se avaliou quais propostas eram semelhantes e poderiam ser sintetizadas, as que não se adequaram a este formato transformaram-se em moções, foram definidas duas propostas por eixo, conforme critério estabelecido no regimento e as moções foram sistematizadas.

Encerrados os debates, procedeu-se à consolidação das propostas aprovadas, totalizando 6 diretrizes estratégicas representativas das deliberações da categoria. Na sequência, realizou-se a eleição da delegação oficial da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais para a etapa nacional da 2ª CNArq, sendo eleito(a) 1 (um/uma) delegado(a) titular e 2 (dois) suplentes, por meio de votação eletrônica, garantindo transparência, legitimidade e ampla participação.

PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Proposta 1

Instituir, na atualização da Lei nº 8.159/1991, incluindo arquivos comunitários e populares em um modelo de governança arquivística participativa, com criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Arquivos, de composição paritária entre poder público e sociedade civil, e observado os marcadores de classe, raça, gênero, orientação sexual, regionalidade/territorialidade, garantindo o reconhecimento público e assegurando autonomia dos segmentos na Política Nacional de Arquivos.

Proposta 2

Constituir Plano Nacional, no âmbito da política setorial de arquivos, para apoio e reconhecimento aos arquivos comunitários e populares, com marco regulatório, mapeamento e instrumentos permanentes de incentivos financeiros, estruturais e técnicos, assegurando autonomia de gestão, cooperação com o Estado e promoção de memória como parte de processos de reparação histórica considerando os marcadores de classe, raça, gênero, orientação sexual, regionalidade/territorialidade.

Moções

1. Ao Congresso Federal (incluindo a Deputada do relatório) e Presidência da República afirmação dos Arquivos Comunitários na Lei de Arquivos.
2. Instituir Conselhos Estaduais e Municipais de Arquivos, com caráter consultivo e deliberativo. A composição será plural e paritária, garantindo assentos ao poder público, sociedade civil, custodiadoras de arquivos acervos privados e arquivos comunitários e populares. O objetivo é ampliar a governança arquivística, assegurando a democratização, a transparência e a pluralidade de vozes na formulação das políticas públicas para o setor em suas diversas instâncias de atuação.

MOÇÃO DE APELO PELA INSTITUIÇÃO DE CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ARQUIVOS

Aprovada no âmbito da Conferência Livre Nacional “**Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos**”, etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq), esta moção dirige-se ao poder público em todas as esferas federativas.

Apelamos pela **instituição de Conselhos Estaduais e Municipais de Arquivos**, com caráter consultivo e deliberativo, como instrumentos fundamentais para o fortalecimento da governança arquivística no Brasil.

Defende-se que tais conselhos possuam **composição plural e paritária**, assegurando a participação do poder público, da sociedade civil, de instituições custodiadoras de acervos privados, bem como de arquivos comunitários e populares.

A criação desses espaços colegiados visa **ampliar a democratização, a transparência e a participação social** na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas arquivísticas, respeitando a diversidade de sujeitos, práticas e territórios que compõem o campo dos arquivos no país.

Reafirmamos que a institucionalização de instâncias participativas é condição essencial para a consolidação de políticas arquivísticas mais inclusivas, efetivas e alinhadas aos princípios democráticos.

MOÇÃO DE APELO AO CONGRESSO NACIONAL E À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PELA INCLUSÃO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NA LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Aprovada na **Conferência Livre Nacional “Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos**”, etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq), esta moção dirige-se ao Congresso Nacional e à Presidência da República.

Os arquivos comunitários desempenham papel essencial na preservação das memórias coletivas e na garantia de direitos, especialmente de grupos historicamente marginalizados. No entanto, permanecem sem reconhecimento adequado na legislação arquivística brasileira.

Diante disso, apelamos por:

- Inclusão dos arquivos comunitários na Lei nº 8.159/1991 (Lei de Arquivos), como parte do patrimônio documental de interesse público;
- Criação de marco regulatório que reconheça suas especificidades e formas de gestão coletiva;

Implementação de políticas públicas de apoio, com financiamento, formação e cooperação técnica;

- Desenvolvimento de ações de mapeamento e articulação em âmbito nacional.

Reafirmamos que reconhecer os arquivos comunitários é fortalecer a democracia, a diversidade e o direito à memória no Brasil.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Proposta 1

Garantir a inclusão de arquivos comunitários, populares e movimentos sociais nos currículos dos cursos de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Promover a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia no Brasil e o incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão, incorporando a realidade dos arquivos comunitários, observados os marcadores de classe, raça, gênero, orientação sexual, regionalidade e territorialidade.

Proposta 2

Fomento à criação de Editais voltados para pequenas aquisições e infraestrutura com ênfase na área de arquivos comunitários e populares, facilitando o acesso emergencial à verba pública para fortalecê-los, garantindo a valorização, condições dignas de trabalho.

Moção

1. Tornar conhecido o sistema Records in Contexts (RiC) por meio de cursos, oficinas e grupo de estudo sobre seu modelo conceitual (RiC-CM) e sua ontologia (RiC-O), promovendo sua aplicação em redes de arquivos comunitários e populares, demonstrando sua funcionalidade para conectar acervos de temáticas semelhantes. Criar projetos de ensino, pesquisa e extensão para formar agentes comunitários neste sistema de descrição arquivística via educação popular, preservando o protagonismo destes grupos em todo processo formativo.

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

Proposta 1

O Poder Público deve assegurar o reconhecimento e a visibilidade dos arquivos comunitários, como parte de processos de reparação histórica observado os marcadores de classe, raça, gênero, orientação sexual, regionalidade e territorialidade por meio de ações de diagnóstico e mapeamento, bem como de monitoramento e cooperação técnica para gestão, organização e preservação documental.

Proposta 2

Criar o Programa Nacional de Arquivos Comunitários, com orçamento próprio, para acervos comunitários, de movimentos sociais, populares, grupos e coletivos caracterizados a partir de marcadores de classe, raça, gênero, orientação sexual e outros. Para diagnosticar, organizar, preservar e difundir, o programa garante reconhecimento institucional, autonomia de gestão e segurança, respeitando a tutela originária para garantir o direito à memória coletiva, justiça social e reparação histórica.

Moções

1. Estabelecer, no âmbito da Política Nacional de Arquivos, protocolo nacional de reconhecimento de acervos constituídos por registros orais, audiovisuais e materiais de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de terreiros e religiosas comunitárias – criando padrões de descrição arquivística adaptados, diretrizes de acesso diferenciado conforme protocolo das comunidades detentoras e formação de agentes comunitários de memória com certificação técnica reconhecida.
2. Criar fórum permanente de Arquivos Comunitários para disseminar práticas comunitárias de preservação e conectar estas iniciativas às instituições nacionais de patrimônio, essa articulação visa transformar memórias populares em subsídios para políticas públicas de reparação e garantia de direitos humanos, tornando-o prova documental de vivências e resistências da comunidade no qual está inserido.
3. Criar rede de Arquivos Comunitários e de Povos e Comunidades Tradicionais.
4. Construir uma memória viva e assegurar o território e a gestão de acervo comunitário de comunidades caiçaras.

DELEGAÇÃO ELEITA

TITULAR	
1.	Adriano Jose de Sousa

SUPLENTE	
1.	Filipe de Britto Marinho da Silva
2.	Marcyanna Gomes da Silva
3.	

PARTICIPANTES DA ETAPA

Participantes da etapa		
	Nome completo	Representação
1.	Adalto da Silva Carvalho	Centro de Documentação e Memória Sindical (CUT)
2.	Adriano Jose de Sousa	CPDOC Guaianás
3.	Alenice Baeta	CEDEFES
4.	Alexandre Ferreira Conceição	-
5.	Alice Oliveira	Acervo Alice Oliveira
6.	Ana Flávia Magalhães Pinto	Cultne e Rede de Memória e Arquivos de Terreiro do DF e Entorno
7.	Antonio Henrique Campello de Souza Dias	Arquivo Nacional
8.	Ariadner Mendes Nascimento	Estudante
9.	Camila Mattos da Costa	Futuros Feministas do Sul
10.	Carmen Brígida Negrão	Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil
11.	Claudia Maria Liba	-
12.	Cláudia Marques Paiva de Lucena	-
13.	Cristiana Santos Teixeira	Centro de Memória Viva do Paranoá
14.	Eder dos Santos Camargo	Centro Pastoral Vergueiro (CPV)
15.	Edgar de Carvalho Santana	-
16.	Érica dos Santos da Silva Ferreira	-
17.	Filipe da Silva	Rede Rua

18.	Filipe de Britto Marinho da Silva	Arquivo Comunitário de Ilha de Maré
19.	Francisca Iranete Leite Araújo	Memória dos Conflitos no Campo Sul e Sudeste do Pará
20.	Frederico Andrade Vaccarezza	-
21.	Guilherme Silva Barbosa	Grupo Virente
22.	Hada Rubia Silva	Centro de Memória da Coopcarmo
23.	Ian Valentin Moura de Araújo	-
24.	Ionara Lourenço	Casa Sueli Carneiro
25.	Jair Martins de Miranda	Memória dos Conflitos no Campo Sul e Sudeste do Pará
26.	Janete Bustamante dos Santos	Acervo Cultne
27.	Jean Camoleze	Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais
28.	José Carlos Ferreira	Zumvi arquivo afro fotográfico
29.	Leonardo da Silva	Acervo Museu Uma Filomena (AMUF)
30.	Luana Lobo dos Santos	Arquivo Nacional
31.	Luciana Villani das Neves	-
32.	Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva	Centro de Memória Casa das Pretas
33.	Marcio Henrique Francisco de Souza	-
34.	Marcus Antônio Sampaio Avelino	-
35.	Marcyanna Gomes da Silva	Acervo Alice Oliveira
36.	Maria Elizabeth Brêa Monteiro	-
37.	Maria Goretti de Melo Lima	-
38.	Maria Thereza Monteiro Pereira Sotomayor	Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)
39.	Max Christian Frauendorf	Grêmio de Resistência Cultural Kolombolo diá Piratininga (CeDoK)
40.	Natália de Sena Carneiro	Casa Sueli Carneiro
41.	Paula Ribeiro Salles	Casa do Povo
42.	Pedrina das Graças Silva	Instituto Zequinha Barreto
43.	Pedro Ribeiro Botti	-
44.	Pedro Vieira	Acervo Alice Oliveira
45.	Peterson Mendes Paulino	Arquivo Comunitário da Associação Cantareira
46.	Regina Coelly Fernandes Saraiva	-



2ª Conferência
Nacional de
ARQUIVOS

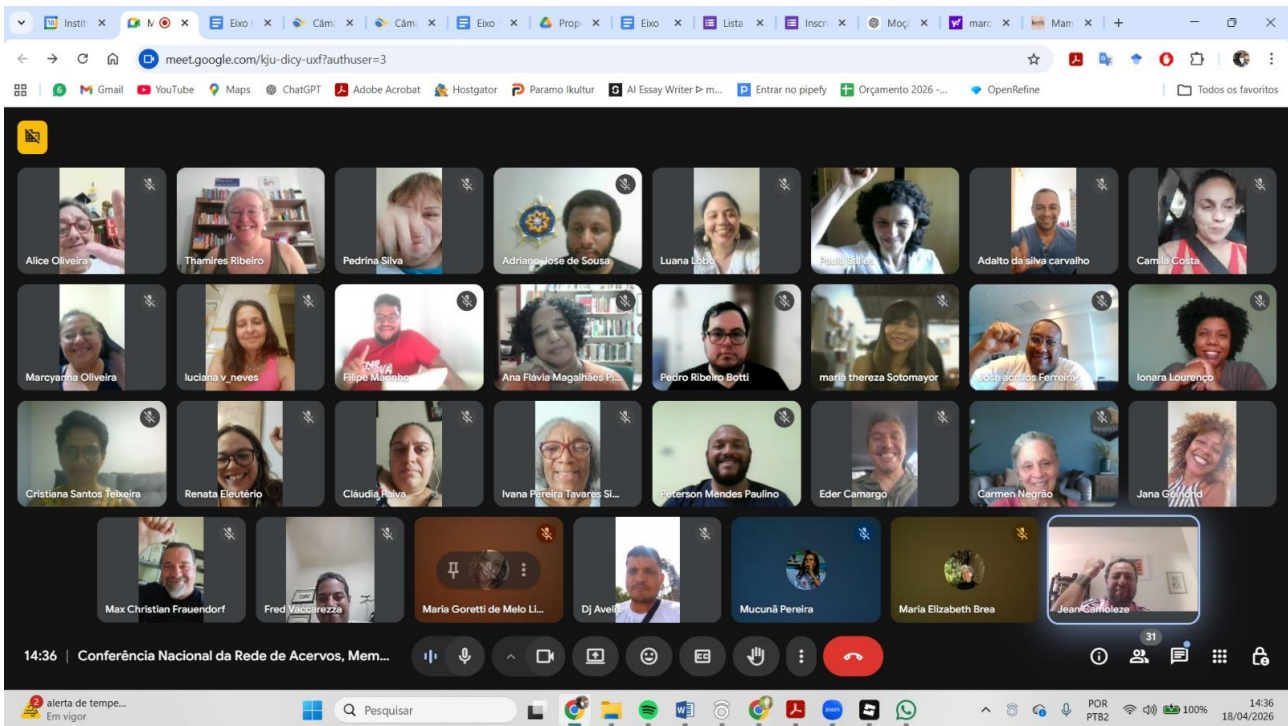
CNAArq

47.	Renata Lira Furtado	Arquivo Comunitário da Associação Cantareira
48.	Renato Crivelli Duarte	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos/UNIRIO
49.	Ruan Philippe	-
50.	Ruth Fragoso Mamede da Silva	Arquivo Municipal de Soledade
51.	Sabrina Dinola	-
52.	Tânia Welter	Arquivo Egon Schaden
53.	Thamires Ribeiro de Oliveira	Arquivo Dona Orozina Vieira/Museu da Maré
54.	Verônica Sales Pereira	UNESP

REGISTROS DA ETAPA

Como forma de garantir a transparência, a memória e a ampla divulgação da Conferência Livre Nacional da Conferência Livre Nacional Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos, organizada pela Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, foram gerados registros digitais da atividade, os quais evidenciam a realização da etapa, a participação dos envolvidos e a dinâmica do evento.





Destaca-se também a ampla divulgação realizada por meio das redes sociais, especialmente pelo Instagram, que atuou como principal canal de mobilização, transmissão e circulação dos conteúdos da conferência, ampliando o alcance da atividade e garantindo o engajamento do público.



Etapa preparatória para
2ª Conferência Nacional de ARQUIVOS

Conferência Livre Nacional da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais:
Arquivos Comunitários e Memórias Populares: Democracia e Garantia de Direitos

Inscreva-se



Data:
18/04/2026
Horário:
9h30 às 13h
Formato:
Online | Plataforma Zoom

Realização:

Apelo:

Disponível em: https://www.instagram.com/p/DW2G7_SgU1r/

Como parte dos instrumentos de registro e validação da etapa, foram utilizados formulários eletrônicos para inscrição e sistematização das votações realizadas durante a conferência. Esses documentos constituem registros formais do processo participativo, contribuindo para a transparência e a organização das deliberações construídas coletivamente. Ressalta-se que, em razão da presença de dados sensíveis, os formulários não foram disponibilizados publicamente, podendo ser apresentados mediante solicitação às instâncias competentes.

Considerações Finais

A Conferência Nacional da Rede de Acervos, Memórias e Movimentos Sociais, intitulada “Arquivos Comunitários e Memórias Populares: democracia e garantia de direitos”, reuniu participantes de diferentes segmentos, como pesquisadores, representantes de movimentos sociais, profissionais de arquivos e instituições de memória com o objetivo de promover uma reflexão crítica sobre o papel dos arquivos comunitários, populares e periféricos no Brasil contemporâneo.

Partindo da compreensão de que os arquivos não são estruturas neutras, mas dispositivos de poder, memória e produção de identidades, a conferência adotou como eixo central o tema “Arquivos comunitários e memórias populares”, dialogando com os Eixos 1, 5 e 6 da conferência nacional. Nesse sentido, buscou-se evidenciar como essas iniciativas, frequentemente situadas em territórios historicamente marginalizados, emergem como respostas ao apagamento e à ausência de reconhecimento institucional, constituindo-se como práticas autônomas de produção, organização e difusão de memória.

Consideramos que os arquivos comunitários e periféricos devam ser abordados não apenas como espaços de preservação documental, mas como ferramentas ativas de resistência, afirmação identitária e organização política, marcadas pela participação coletiva, pela oralidade e por metodologias próprias de gestão do conhecimento. A conferência foi um espaço fundamental para debater sobre os desafios estruturais enfrentados por esses acervos, tais como a precariedade de recursos, a fragilidade institucional, a ausência de políticas públicas específicas e o reconhecimento como arquivos de interesse público e social, as propostas definidas durante esta etapa livre são resultado dessas reflexões.

Ao promover o diálogo entre diferentes experiências e territórios, a conferência buscou fortalecer redes de colaboração, ampliar a visibilidade dessas práticas e contribuir para a formulação de propostas que incorporem suas especificidades no âmbito das políticas

arquivísticas brasileiras. Tratou-se, portanto, de um espaço estratégico para afirmar a centralidade das memórias populares na construção de uma política nacional de arquivos mais democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

